



CRISE NA BOLÍVIA

Estados Unidos e 12 países veem tentativa de golpe

Comunicado conjunto da aliança conhecida como "Escudo das Américas", criada pelo republicano Donald Trump, denuncia "esforços para derrubar o governo" de Rodrigo Paz com suposto "dinheiro sujo". Presidente pode decretar estado de exceção

» RODRIGO CRAVEIRO

O alerta partiu de uma aliança de segurança do continente americano conhecido como "Escudo das Américas". Por meio de um comunicado conjunto, os EUA e outros 12 países — Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Trinidad e Tobago — denunciaram "esforços para derrubar o governo" do boliviano Rodrigo Paz.

"Apoiamos o governo democrático de Rodrigo Paz em sua luta contra as tentativas de fazer a Bolívia retroceder", afirma o grupo criado em 13 de março pelo americano Donald Trump. "Aqueles que estão financiando esses protestos com dinheiro sujo proveniente do narcotráfico e do crime transnacional devem ser responsabilizados. (...) A lei da multidão não pode substituir a decisão que a maioria dos bolivianos tomou nas urnas de virar a página", advertem os signatários.

A Bolívia enfrenta uma convulsão social envolvendo camponeses, operários, mineradores, transportadores e professores que exigem a renúncia imediata de Rodrigo Paz, a quem culpam pela pior crise econômica em quatro décadas. Ante a expectativa da decretação do estado de exceção ainda hoje, o presidente de centro-direita responsabiliza o antecessor Evo Morales, líder cocaleiro e

Eu acho...

Arquivo pessoal



"Rodrigo Paz conseguiu algo que nenhum presidente fez em 25 anos: não atuar com o estado de sítio. Este foi um instrumento maravilhoso para a ascensão de Evo Morales ao poder. Morales não chegou ao poder por coerência ideológica, mas pelos mortos criados desde os anos 2000. Ele organizou protestos contra os presidentes Hugo Banzer e Tuto Quiroga. Em 2003, exigiu a renúncia de Carlos Mesa. Todos os movimentos sociais sumiram de 2006 a 2019 e voltaram com Jeanine Áñez e Luis Arce. Decretar um estado de exceção seria uma imensa torpeza."

DIEGO AYO, pós-doutor em governo e políticas públicas

dirigente do Movimento ao Socialismo (MAS), pelos distúrbios. Ontem, Paz pediu às organizações envolvidas em bloqueios de rodovias de várias regiões da Bolívia para que não permitam ser utilizados por Morales. "Não permitam que a Constituição e a democracia sejam usadas ou violadas para que um homem (Evo Morales) e seu círculo de poder escapem da Justiça", afirmou. "Como governo, estamos absolutamente abertos ao

Marvin Recinos/AFP



Mulheres caminham diante de policiais mobilizados para reabertura de rodovia, no departamento de La Paz

diálogo para avançarmos, mas não para defender as causas de um homem que precisa ser julgado e que quer usar o povo boliviano como trampolim", acrescentou. O presidente também classificou a eventual suspensão das garantias fundamentais de direitos como uma medida constitucional. "O Senado criou um marco legal para as Forças Armadas. Esse marco legal tem que ser debatido pela Câmara dos Deputados. O estado

de exceção é uma ação permitida pela Constituição", declarou Paz, segundo o jornal *El Deber*.

Sem evidências

Especialista em comunicação política e morador de La Paz, Manuel Mercado lembrou ao *Correio* que as mobilizações populares ocorridas no país nas décadas de 1980 e 1990 foram criticadas pelo Estado e por atores transnacionais

pelo suposto financiamento do narcotráfico. Ele ressaltou, no entanto, que essa ligação jamais foi comprovada e vê uma tentativa de desprestigiar esses protestos. "Os bloqueios têm sido feitos, principalmente, por pessoas que vivem perto das rodovias. São moradores das regiões de El Alto e de La Paz. Eles têm formas de manter os bloqueios sem suporte logístico ou econômico", disse Mercado. Ainda de acordo com Mercado,

as negociações entre os atores envolvidos nos protestos e o Executivo seguem abertas. "Neste momento, a cidade de El Alto e setores mobilizados mantêm a demanda de renúncia de Rodrigo Paz. Isso pode levar a uma situação extrema em que o presidente lance mão de um estado de exceção, mas em um modelo totalmente diferente do que tivemos na história da Bolívia", observou. "O estado de exceção tem resultado na morte de mobilizados e na queda de governos."

Diego Ayo — pós-doutor em governo e políticas públicas e professor da Universidad Mayor de San Andrés (em La Paz) — interpreta a crise na Bolívia como "uma luta entre pobres indígenas e crioulos brancos". "A realidade étnica está posta, mas existe uma realidade econômica. Há cidadãos de El Alto que são artesãos, comerciantes e fretistas, mas também aimarás e quíchuas poderosas, associadas ao ouro e à mineração ilegal, ao cultivo da marijuana e da folha de coca", disse ao *Correio*.

Ele acrescentou que, ao longo de duas décadas, o Estado aproveitou os vazios territoriais que não existiam. O especialista não descartou a declaração do estado de exceção. "Há dois cenários possíveis: um bloqueio total que force a renúncia de Paz ou um acordo."

IMIGRAÇÃO NOS EUA

Senado libera US\$ 70 bi contra ilegais

O Senado dos Estados Unidos aprovou US\$ 70 bilhões (ou R\$ 352 bilhões) em financiamento para a campanha de Donald Trump de fiscalização da imigração, depois de um dia de votação sobre várias emendas que evidenciaram as divisões entre os republicanos em relação a outras propostas políticas do presidente. O projeto de lei financeira do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) e a Patrulha da Fronteira pelo restante do mandato de Trump, dando ao líder republicano uma vitória significativa em

uma de suas principais bandeiras após meses de disputas legislativas. A medida agora segue para a Câmara dos Representantes, onde os líderes republicanos planejam analisá-la no começo da próxima semana e enviá-la para a sanção de Trump. A votação ocorreu depois de uma paralisação parcial recorde do Departamento de Segurança Interna (DHS) no início deste ano, quando os democratas se recusaram a apoiar novos fundos para a fiscalização da imigração sem restrições, que incluíam táticas como

batidas policiais e o uso de máscaras por agentes. Os republicanos rejeitaram essas exigências, optando, em vez disso, por financiar o ICE e a Patrulha da Fronteira por meio do processo acelerado de "reconciliação orçamentária", que lhes permitia contornar a oposição democrata, desde que mantenassem seus próprios membros unidos. O projeto de lei foi adiado devido a uma rebelião de senadores contra o pacote de compensação "antipolitização" proposto pelo Departamento de Justiça, no valor de US\$

1,8 bilhão (R\$ 9 bilhões). Os críticos o consideraram um "fundo opaco" que poderia permitir que condenados pelo ataque ao Capitólio em 2021 recebessem dinheiro. Todd Blanche, procurador-geral interino, disse que o governo não daria prosseguimento ao fundo. Mas Trump o defende como um projeto "maravilhoso". Com a proximidade das eleições de meio de mandato, os democratas argumentam que os republicanos priorizam a agenda de deportações de Trump em detrimento do custo de vida.

Getty Images via AFP



Manifestante protesta diante de agentes do ICE: "Vergonha"

CONEXÃO DIPLOMÁTICA



POR SILVIO QUEIROZ
SILVIOQUEIROZ.DF@GMAIL.COM

Trump escolheu a dedo

A indicação de Donald Trump para a embaixada em Brasília dá o tom do caminho escolhido para as relações bilaterais na segunda metade do seu mandato na Casa Branca. Daniel Perez, um político do Partido Republicano, preside a Câmara dos Deputados da Flórida e é visto como próximo ao secretário de Estado, Marco Rubio. Identifica-se com a sigla *Maga* (Make America great again), slogan da campanha trumpista vitoriosa em 2024. Ambos são filhos de cubanos emigrados e se afinam com a ofensiva de Trump para resgatar a influência predominante dos EUA na América Latina — que volta a ser chamada, sem mais reservas, de "nosso quintal". Em sua estratégia de segurança nacional, enunciada em novembro último, o presidente designou a região como prioridade na disputa geopolítica com a China, identificada como adversário estratégico e existencial.

O posto em Brasília estava vago desde a posse de Trump, em janeiro de 2025 — o que ilustra o distanciamento de Washington com o governo Lula. E o momento escolhido para a indicação, assim como a escolha propriamente, antecipa o empenho a ser aplicado nas últimas medidas anunciadas em relação ao Brasil.

Cabeça fria

No Planalto e no Itamaraty, passado o impacto inicial e registrado o descontentamento, a palavra de ordem passa a ser "cabeça no lugar". A semana que se encerra começou com o anúncio, por Marco Rubio, da decisão de classificar facções criminosas brasileiras como "organizações terroristas internacionais". A irritação foi exacerbada pela coincidência com a visita de Flávio Bolsonaro à Casa Branca.

Sobreveio, no fim de semana, a ameaça de novo tarifaço sobre produtos importados daqui. A sobretaxa é embasada em investigação aberta sobre práticas comerciais brasileiras classificadas como "concorrência desleal". E, combinada com o cerco às facções, pode resultar em sanções contra bancos e instituições financeiras. Não por acaso, na sequência dos protestos do presidente Lula, entrou em campo o chanceler Mauro Vieira. Em conversa com o Representante Comercial dos EUA, Jamieson Greer, ele apresentou os argumentos do Brasil contra as acusações. E saiu convencido de que o diálogo segue aberto.

Menina dos olhos

No centro das preocupações do governo está o Pix, colocado há alguns meses na mira das autoridades financeiras

estadunidenses. Supostamente, ele prejudicaria os negócios das grandes operadoras de cartões de crédito. Uma linha possível de sanções poderia colocar os bancos brasileiros entre cruz e espada: renunciar ao Pix ou ficar fora de operações nos EUA. Nada a estranhar que a ofensiva de Trump tenha se entrelaçado à disputa pelo Planalto. As ameaças ao sistema de pagamentos e transferências usado por 80% dos brasileiros entram na conta-corrente eleitoral do filho 01 e presidenciável da família Bolsonaro. Na coluna dos débitos. **Cara a cara** O peso da nova ofensiva de Washington pode ser medido na disposição, anunciada por Lula de viva voz, de ir a Paris para a reunião de cúpula do G7, em meados do mês. Na programação do Planalto, a frente externa ficaria em segundo plano até outubro, com as energias concentradas na campanha pela reeleição. Agora, o presidente fala em sentar-se de novo frente a frente com Trump, um mês

depois de ter visitado a Casa Branca. Desta vez, porém, a "química pessoal" cede terreno para a política pura. **Um degrau abaixo** A movimentação em torno de tarifas, sanções e crime organizado ganhou o tempero de uma referência elogiosa de Trump a Flávio Bolsonaro. Se Marco Rubio é tido como o principal entusiasta de um engajamento na empreitada do desafiante, o presidente sobe mais um tom na adesão ao anti-Lula. Continua, porém, um degrau abaixo da posição que assumiu para o segundo turno da eleição presidencial do dia 21, na Colômbia. Depois de dois anos de tensão com Gustavo Petro, primeiro esquelista a governar o país, Trump acaba de declarar apoio explícito ao ultradireitista Abelardo de la Esperiella. Surpresa do primeiro turno, ele larga na frente para o tira-teima contra o senador Iván Cepeda, candidato de Petro e da coligação de centro-esquerda Pacto Histórico.